

# SUSTENTABILIDADES SOCIAL E CULTURAL: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

## *SOCIAL AND CULTURAL SUSTAINABILITY: CHALLENGES FOR THE 21ST CENTURY*

# SOSTENIBILIDAD SOCIAL Y CULTURAL: DESAFÍOS PARA EL SIGLO 21

*Luiz Fernando CAMARGO*<sup>1</sup>

*Sonia Regina Vargas MANSANO*<sup>2</sup>

**Resumo:** Conceber uma sociedade na qual a população tenha pleno acesso à saúde, educação, segurança e cultura, implica elaborar políticas efetivas de geração de emprego e renda que, por vezes, são preteridas por governantes e gestores. O objetivo do presente estudo consiste em problematizar as noções de sustentabilidade social e sustentabilidade cultural, atentando para sua relevância histórica. A parte teórica versa sobre o processo histórico de elaboração do conceito de sustentabilidade até chegar às suas dimensões social e cultural. Em seguida, é apresentado o estudo de caso realizado em uma fundação de cultura artística localizada no interior do estado do Paraná/BR. Como resultado, os depoimentos demonstram a dificuldade de promover ações sustentáveis ligadas à expansão e fortalecimento da população pela via da cultura. Ao final do estudo, evidencia-se que os estudos e práticas efetivas ligadas às dimensões social e cultural da sustentabilidade ainda são marginais, carecendo de visibilidade social e apoio governamental.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade cultural; Sustentabilidade social; Políticas públicas; Desenvolvimento social.

## INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, foi elaborada e desenvolvida a noção de sustentabilidade buscando contemplar, inicialmente, as dimensões sociais, ambientais e econômicas presentes na relação do homem com o meio ambiente (ELKINGTON, 2001). Desde seu surgimento, tais dimensões foram analisadas a partir de diferentes perspectivas e por diversos autores da comunidade científica, sendo que alguns deles ressaltam que essas três dimensões eram insuficientes para colocar em prática um desenvolvimento sustentável efetivo. Tal constatação lhes demandou a realização de uma análise crítica dirigida a essa noção (FOLADORI, 2002, SACHS, 2009, FARIA, 2014, STENGERS, 2015). Este é

<sup>1</sup> Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil. Email: luizfernando.camargo@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8339-0299>

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil. Email: mansano@uel.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4406-8803>

<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2021.v22n1.p41>

o caso do estudo de Sachs (2009) que, reconhecendo os limites da tridimensionalidade atribuída à noção de sustentabilidade, apresenta uma abordagem mais ampla que dá ênfase aos processos de transformação social. Para o autor, a sustentabilidade poderia ser pensada em oito dimensões, sendo elas: ecológica, ambiental, econômica, social, espacial ou territorial, cultural, política nacional e internacional.

Partindo dessa amplitude conceitual, buscamos abordar neste estudo especificamente as dimensões social e cultural da sustentabilidade. Elas são fundamentais para fortalecer uma sociedade comprometida com a ampliação e efetivação de direitos básicos que favoreçam o bem-estar e o comprometimento coletivo de seus cidadãos consigo, com a coletividade e com a natureza. Assim, o presente estudo justifica-se por compreender as sustentabilidades social e cultural como dimensões que ainda requerem atenção de diferentes agentes sociais, tais como governos, universidades, movimentos ecológicos, organizações públicas e privadas, bem como da população.

Para tanto, o estudo foi dividido em dois momentos: o primeiro, teórico, busca apresentar um panorama de como as sustentabilidades social e cultural estão sendo abordadas por autores que se interessam pela extensão política das mesmas e adotam em suas análises uma perspectiva de transformação social. No segundo momento, empírico, será apresentado o estudo de caso sobre uma fundação de cultura que atua no interior do estado do Paraná. Esta, mesmo sem recorrer aos termos e conceitos da sustentabilidade, pratica, em suas intervenções cotidianas, um programa de sustentabilidade consistente que envolve a inclusão comunitária e cultural, tornando a arte acessível para diferentes camadas socioeconômicas.

Ao final deste estudo, será possível constatar que uma sociedade rica e desenvolvida é conquistada por meio de sua capacidade para gerar emprego e renda. Mas, paralelo a isso, cabe considerar também a relevância da socialização, das trocas de afeto e do acesso à produção cultural como dimensões indispensáveis para o bom trato de nosso planeta.

## **TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**

A metodologia utilizada para realização deste estudo, como já mencionado, envolveu uma parte teórica e uma empírica. O levantamento bibliográfico para elaboração da parte teórica priorizou autores que problematizam não apenas o conceito de sustentabilidade (FOLADORI, 2002, SACHS, 2009, FARIA, 2014), mas abordam também a relevância dos sujeitos sociais que protagonizaram esse processo. Desse modo, a investigação teórica buscou realizar um diálogo interdisciplinar entre áreas distintas do saber, trazendo para o debate autores vinculados à Administração (CHANLAT, 1996), à Sociologia (HARDT; NEGRI, 2016), à Psicologia Social (SAWAIA, 2009, ROLNIK, 2010) e à Arte (PIAU; FUSCALDO, 2012, TIBURI, 2017).

Já na parte empírica, optou-se pela pesquisa qualitativa, tendo como referência os pressupostos de Minayo (2001, p. 21) que destaca o quanto esse tipo de problematização volta-se para “[...] questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Buscando compreender as práticas efetivas de sustentabilidade social e cultural optou-se pelo estudo de caso como estratégia investigativa. Por meio dessa estratégia,

[...] o pesquisador deseja compreender os processos e interações sociais que se desenvolvem nas organizações, situando-os no contexto histórico – atual e/ou passado – no qual estão imersos. Também possibilitam uma análise processual, contextual e, em algumas situações longitudinais, de várias ações que ocorrem no interior das organizações e dos significados a eles atribuídos (GODOY, 2010, p. 127).

A unidade de análise envolveu uma fundação de cultura artística, localizada em uma cidade de médio porte do interior do estado do Paraná. Trata-se de uma instituição privada, sem fins lucrativos, de caráter cultural que gerencia uma Companhia Profissional de Dança, uma Escola de Dança, uma Escola de Teatro e um Grupo de Dança Amador. A escolha por essa fundação que atua no terceiro setor deveu-se ao fato de a mesma ter uma inserção significativa na comunidade local, visto que todo o seu trabalho é fundamentado em parcerias com pessoas físicas, empresas e instituições públicas da cidade. A principal parceria é estabelecida com o poder público municipal que viabiliza, por meio de convênios, os recursos necessários para o pagamento dos salários de parte dos bailarinos, professores e técnicos. Assim, mais do que as parcerias com o poder público, que são fundamentais para a sobrevivência dos seus projetos, o que garante a atuação e o crescimento da instituição é o seu envolvimento com a comunidade local.

Os três participantes selecionados para compor a unidade de análise da Fundação exercem as seguintes funções: 1) o coordenador de escola municipal de dança e responsável pelo corpo de *ballet*; 2) o coordenador e professor da escola de teatro; e 3) uma representante da diretoria. A razão pela escolha desses participantes deveu-se a sua atuação na fundação, como coordenadores e professores, mas também pelo fato de serem fundadores e terem participado do processo de sua criação. As entrevistas aconteceram em três encontros com cada participante, somando um total de nove entrevistas que abordaram os temas: criação da fundação, compromisso social com a transformação da comunidade e práticas culturais adotadas. Para resguardar a identidade dos participantes e garantir o sigilo das informações os seus nomes foram substituídos na apresentação dos dados, sendo denominados respectivamente como João, Pedro e Lúcia.

Para compreender a fundação e o desenvolvimento de suas atividades, recorremos à história oral descrita por seus três fundadores, dando visibilidade ao sentido social a partir dessa experiência concreta. A história oral é

[...] uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio exclusivo da documentação escrita e oficial. Ela se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo o compromisso do contexto social (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 182).

A história oral contribuiu para contextualização social e histórica da fundação. Outro ponto importante é que a história oral permitiu a integração com outras fontes de dados como documentos escritos e imagens que favoreceram a compreensão do caso. Foi definida como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. A entrevista é compreendida como fonte de “[...] informações diretamente constituídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da própria relação com o sujeito sobre a realidade que vivencia” (MINAYO, 2001, p. 65). O registro das entrevistas foi realizado por meio de gravação direta e anotações durante o processo de coleta das informações.

Para a análise dos dados foi utilizada como referência a parte teórica desenvolvida sobre as noções de sustentabilidades social e cultural. Além disso, recorremos à análise sociológica do discurso, tal qual definida por Godoi, Coelho e Serrano (2014, p. 511), para quem esse tipo de análise consiste

[...] na busca de um modelo de representação e compreensão do texto concreto em seu contexto social e histórico, desde a reconstrução dos interesses conscientes e inconscientes dos atores envolvidos no discurso [...] com capacidade de trabalhar com códigos de comunicação a fim de obter maior profundidade nos discursos dos participantes.

A análise sociológica do discurso propõe a recuperação do relato do sujeito no seu contexto, tomando em consideração a produção de sentidos para a experiência vivida. Os indivíduos, por meio de suas experiências, apresentam um sentido concreto e constroem a realidade social de acordo com as ações, os objetivos e os efeitos discursivos, permeados pela historicidade. A Fundação foi considerada, neste estudo, um caso exemplar de instituição que pratica em seu cotidiano as sustentabilidades social e cultural.

## **OS DESAFIOS DE EMPREENDER AS SUSTENTABILIDADES SOCIAL E CULTURAL**

A noção de sustentabilidade, desde seus primeiros estudos, teve por objetivo abarcar de maneira integrada três dimensões: social, ambiental e econômica. A dimensão econômica, entretanto, acabou se sobrepondo às demais por priorizar os objetivos de

uma sociedade capitalista economicamente organizada pela produção de mercadorias e consequente geração de lucro. Diante dessa prioridade, as demais dimensões da sustentabilidade acabam sendo preteridas, uma vez que encontraram pouco respaldo político e governamental para sua efetivação. A dimensão social, por exemplo, é frequentemente abordada, tendo “[...] como eixo central a pobreza e o incremento populacional” (FOLADORI, 2002, p. 108). Assim, a análise da pobreza como sendo um problema global, tal qual assinalado pelo autor, tornou-se foco dos programas de sustentabilidade social, priorizando a geração de emprego e renda, que tem na inclusão laboral seu foco.

Autores como Baines e Morgan (2004) descreveram outros elementos para ampliar a noção de sustentabilidade social, aproximando-a de uma dimensão cultural que priorizaria a expansão e qualificação da sociedade tornando a cultura acessível a toda população. Um passo para avançar nessa direção seria desnaturalizar a ideia de que a pobreza é inevitável, resgatando a possibilidade de conceber essa população de maneira emancipatória e criativa. Por meio dessa concepção, o sujeito menos favorecido economicamente poderia ser um protagonista no enfrentamento das desigualdades, sendo ele também um crítico da quase ausente distribuição da riqueza social e da produção cultural de uma nação.

Abordar as dimensões social e cultural da sustentabilidade ganha relevância no cenário atual. A construção de uma sustentabilidade que de fato esteja comprometida com a cultura contempla dimensões como a saúde, o bem-estar, a educação e a segurança populacional, mas não se reduz a elas. Nesse sentido, ressaltamos que a dimensão cultural da sustentabilidade precisa deixar de ser concebida apenas uma coadjuvante da sustentabilidade social para ganhar evidência e valor. É nessa direção que a noção de sujeito social vem despertando interesse de áreas de conhecimento como a Administração, em especial nas teorias organizacionais. Um dos motivos que despertou tal interesse, especificamente na área de Administração, foi que a

[...] obsessão pela eficácia, pelo desempenho, pela produtividade, pelo rendimento a curto prazo que encontramos até hoje em nossas organizações e na sociedade levou a maioria dos pesquisadores a concentrar seus interesses nestas questões e a reduzir seus esforços em simples técnicas de controle (CHANLAT, 1996, p. 24).

Percebe-se, então, que historicamente houve um reducionismo nas maneiras de compreender o sujeito, buscando estabelecer estratégias e técnicas para controlar suas ações com vistas a aumentar a produtividade na esfera do trabalho. A relação entre os sujeitos e as organizações vem apresentando uma série de desafios a serem enfrentados que demandam uma concepção mais complexa de sujeito e de subjetividade. Concebê-lo apenas como um ser unidimensional, que atende de forma obediente e técnica às necessidades das organizações, gerou resultados negativos e simplificadores. Assim,

[...] em um mundo essencialmente dominado pela racionalidade instrumental e por categorias econômicas rigidamente estabelecidas, os homens e as mulheres que povoavam as organizações são considerados na maioria das vezes recursos, isto é, como quantidades materiais cujo rendimento deve ser satisfatório do mesmo modo que as ferramentas, os equipamentos e a matéria-prima (CHANLAT, 1996, p. 25).

Tomar em consideração o sujeito para além de um mero recurso a ser utilizado de forma instrumental pelas organizações exige uma mudança de paradigma. É dessa maneira que a noção de subjetividade, como um processo aberto e em construção, ganha relevância neste estudo. Ela pode ser compreendida como uma construção cotidiana da qual participam múltiplos componentes. Assim, as maneiras como cada sujeito se implica na organização social de um tempo histórico, expressando e criando valores, experimentando sensações e produzindo sentidos para o vivido dão contornos às subjetividades (ROLNIK, 2010).

O sujeito, nessa perspectiva de análise, é compreendido como alguém ativo, desejante e criativo, à medida que ele se utiliza da linguagem e dos afetos como ferramentas indispensáveis para a construção da realidade social e da sua transformação. A linguagem, por exemplo, é a “[...] passagem obrigatória para a compreensão humana, a linguagem constitui um objeto de estudo privilegiado e sua exploração no contexto organizacional é permitir que se desvendem as condutas, as ações e as decisões” (CHANLAT, 1996, p. 29). O sujeito, portanto, é aqui compreendido para além da racionalidade instrumental de controle. Ele é composto por múltiplas dimensões como o pensar, o desejar e o agir que evidenciam o seu constante movimento.

A abordagem cultural da sustentabilidade aqui adotada parte da perspectiva de que o sujeito é um criador e suas ações guardam dimensões políticas, uma vez que transformam o campo social. Esse fato possibilita a experimentação de novas sensibilidades, afetos, encontros e conexões com o mundo que o cerca. O campo artístico, longe de ficar restrito aos profissionais da arte, pode ser compreendido, então, como um território de fronteiras e experimentações afetivas. Ao considerar os afetos como elementos importantes para possibilitar o contato com a arte, percebe-se uma valorização do sujeito sensível que está em constante produção de si e que participa da produção do outro e do mundo à sua volta.

O cenário instalado em nosso cotidiano, entretanto, mostra que a arte não está ao alcance de todos. Segundo dados do IBGE, apresentados pelo Ministério da Cultura (MINC), 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus, 93% nunca foram a exposições de arte, 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança e 92% dos municípios não têm cinema, teatro e museu (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017a). Observa-se, nessas estatísticas, a carência de incentivo aos programas culturais e educativos para uma aproximação minimamente eficaz da população em geral com o universo da arte. Pode-

se dizer, acompanhando Rolnik (2014, p. 2), que a grande massa da população não tem acesso à arte, pois esta, em certa medida,

[...] se transformou num dispositivo de poder, nesse regime infinitamente mais poderoso que sempre foi por que ela também é provedora de imagens, em primeiro lugar. O sistema da arte investe no sentido de criar imagens que são imagens mais para a classe média e as elites. Imagens, linguagens: uma retórica com a qual essa elite identifica, porque é ultraglamourizada.

A arte, como dispositivo de poder, tende a ser acessada apenas por um pequeno grupo de cidadãos localizado nas classes economicamente mais favorecidas. Em larga medida, estes indivíduos manipulam valores relativos aos objetos artísticos a fim de classificá-los e elitizá-los para que estes sejam utilizados como mera reserva de valor (restrita a colecionadores de arte, por exemplo) e, assim, favoreçam economicamente seus interesses. Esse critério de avaliação financeira aplicado sobre a arte é determinado por cada sociedade de acordo com os poderes comerciais que nelas vigoram. Assim, “[...] os fatores sociais que influenciam a produção, circulação e consumo de artes nas sociedades ocidentais modernas estão relacionados com o contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo” (PIAU; FUSCALDO, 2012, p. 31).

A tendência de atribuir critérios econômicos à arte se consolidou na sociedade capitalista a partir de uma ação arbitrária das classes detentoras dos bens e recursos financeiros disponíveis e se intensificou até a contemporaneidade. Uma das consequências dessa intervenção é a desigualdade social de acesso à cultura. Separa-se, de um lado, a grande massa da população ativa para a qual foram designados recursos mínimos de sobrevivência e o trabalho eminentemente material, mantendo-a distante da arte e, do outro lado, a classe burguesa, detentora dos meios de produção de riquezas e do acesso às produções artísticas, que foram em grande parte reclusas nos museus. Assim, o avanço do capitalismo consolidou-se com uma força

[...] poderosa no desenvolvimento do museu como o lar adequado para as obras de arte, assim como na promoção da ideia de que elas são separadas da vida comum. Os novos-ricos, que são um importante subproduto do sistema capitalista, sentiram-se especialmente comprometidos a se cercar de obra de arte que, por serem raras, eram também dispendiosas (DEWEY, 2010, p. 67).

A necessidade de ostentação e manutenção de um lugar e um valor econômico para a arte favoreceu o acúmulo de objetos artísticos dos mais variados tipos, entre eles, quadros, esculturas, direitos autorais sobre músicas, móveis, objetos e espaços, que serviam como meio de comprovação da posição elevada no campo da cultura. De maneira similar, a acumulação de ações e títulos artísticos atesta uma posição superior do seu proprietário no mundo econômico. A abordagem da arte por meio desses critérios

contemplou uma única perspectiva: a econômica. Esta foi impregnada de interesses específicos de uma classe que se apropria, a seu modo, da produção artística. Nesse sentido, pouco importa o valor da arte enquanto experiência emancipadora, estética e política.

As manifestações artísticas que são produzidas por grupos minoritários, fora dos espaços glamourizados do campo cultural instituído, que em absoluto contemplam aqueles interesses econômicos acima citados, tendem a ser desvalorizadas ou até mesmo negligenciadas no campo artístico e cultural oficiais. Na contramão dessa tendência elitista, entretanto, observamos uma incidência maior de manifestações artísticas locais com interação e participação cada vez mais frequente do público. Essa interação é relevante, pois “[...] a circulação da arte só se concretiza a partir do desvendamento da produção para o público, a construção da recepção tornou-se um elemento fundamental na organização do seu universo” (BUENO, 2005, p. 143).

A experiência de contato com a arte remete a uma dimensão de singularidade, pois cada um experimenta de maneiras distintas os afetos e sensibilidades que mobilizam seu corpo nesses encontros. Estes últimos são condição para o indivíduo construir maneiras de observar, perceber, entender, sentir e, também, criticar o mundo que o cerca. A experiência de interação do sujeito com os objetos e produções artísticas despertou o interesse de grandes artistas brasileiros, como Lygia Clark na proposição adotada em seu trabalho denominado *Caminhando* (1964) e também no trabalho de Hélio Oiticica, no denominado *Parangolé* (1964). Essa maneira de conceber, elaborar, expor e experimentar a arte requer do sujeito ou participante uma nova postura que poderá aguçar e ativar seus sentidos, proporcionando novas experimentações nesse campo.

Como já dito, embora a arte tenha a cada dia mais esse caráter experimentador, integrador e inclusivo, o número de pessoas que consegue acessar essa esfera da produção cultural está muito longe de ser expressivo. Essa concepção de arte acessível à população implica

[...] uma produção social de interesse coletivo que não deve ficar à mercê da lógica de mercado. Por ser de interesse coletivo, o acesso à arte (produção e consumo) deve ser democratizado sem privilegiar modelos predeterminados, sendo a participação popular e a autogestão dos processos artísticos elementos centrais para a democratização da arte. Cabe ao estado criar condições, estimular, enfim, garantir a participação popular e autogestão dos processos artísticos (PIAU; FUSCALDO, 2012, p. 47-48).

Em nosso país, o órgão responsável para o desenvolvimento de ações que contribuam e valorizem as manifestações artísticas é o Ministério da Cultura (MINC). Nas três últimas décadas, o Brasil vem apresentando mudanças nas ações desenvolvidas para promover o apoio a projetos culturais realizados por este ministério. No início



dos anos 1990, foram criadas duas leis que são utilizadas como base para incentivar os projetos culturais. Em 1991, foi criada a Lei Federal de Incentivo à Cultura n. 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet. Ela tem por finalidade captar e canalizar recursos para o setor da cultura com o objetivo de promover, estimular, proteger e valorizar as manifestações culturais no país. Já em 1993, foi criada a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/93), com o propósito de estimular o investimento na produção e coprodução de obras cinematográficas e audiovisuais, bem como de infraestrutura de produção e exibição (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017c).

O incentivo fiscal, embora esteja longe de ser considerada uma solução que consiga satisfazer a demanda social por arte apontada nos estudos anteriormente mencionados, traz uma contribuição significativa para esse campo: além de estimular a iniciativa privada a investir em projetos artísticos, consegue também ampliar a fonte de captação dos recursos para aqueles que desenvolvem os projetos ou atividades artísticas. Outro programa teve grande importância no cenário das artes no país foi o denominado Programa Mais Cultura que busca destacar:

[...] o reconhecimento da cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros, tanto quanto a alimentação, a saúde, a moradia, a educação e o voto. Com a criação do Programa, o Governo Federal incorpora a cultura como vetor importante para o desenvolvimento do país, incluindo-a na agenda social – com status de política estratégica de estado para atuar na redução da pobreza e a desigualdade social (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017b).

Considerar a cultura como uma necessidade básica para o cidadão e como uma dimensão importante para o desenvolvimento social do país reafirma a necessidade de elaborar e colocar em prática políticas públicas efetivas no campo da sustentabilidade cultural. Com base nessa demanda social, será apresentado o caso empírico desta pesquisa. Para tanto, tomou-se em apreciação as seguintes questões: Quais caminhos já existentes para promover essa aproximação da população com a arte? Como eles são traçados? Qual sua ligação com a sustentabilidade? Parte dessas questões será respondida por meio do estudo de caso que será apresentado na sequência.

## **QUANDO AS SUSTENTABILIDADES SOCIAL E CULTURAL POTENCIALIZAM A COMUNIDADE**

São apresentados nesta parte os fragmentos das entrevistas realizadas com os três fundadores da instituição de cultura analisada. Cabe lembrar que as entrevistas versaram sobre três grandes temas: a criação da fundação; o compromisso social com a transformação da comunidade; e as práticas culturais adotadas. Ao questionar-se sobre o processo de constituição da fundação, nota-se que os debates políticos realizados na época da criação desta fundação, dentre os quais os ecológicos, estavam presentes no

cotidiano da população. De acordo com João (COORDENADOR DA FUNDAÇÃO, 2017),

O começo da Fundação veio de uma ideia assim, isso era 1991 para 92: a cidade tinha uma cultura. Na área da cultura, a gente tinha um forte movimento de teatro, um bom movimento de música. Mas, a gente não tinha, por exemplo, os cursos universitários da área de artes. Só existia o curso de Educação Artística. Hoje, nós temos de Artes Cênicas, de Música, de Moda, vários outros, né? E não havia nenhuma estrutura - primeiro para o ensino de arte, principalmente para o ensino de arte com pessoas de baixa renda. Havia escolas de danças, mas particulares, as academias, que cobravam muito dinheiro, e tão pouco se produzia. A orquestra era o único grupo de artistas profissionalizados, os bailarinos não tinham profissão.

O cenário nacional era marcado, naquela época, pela conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como ECO 92, que trouxe grandes contribuições como as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para Florestas (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997). A fundação não estava diretamente ligada a esses debates, mas conectava-se à situação política e social vivenciadas no período. É o que comenta a entrevistada:

O momento político era bastante difícil. A gente tinha saído da ditadura há uma década mais ou menos, menos de uma década na época. A gente tinha uma situação social do país tenebrosa que era realmente muito ruim, de muito desemprego, de muito subemprego, de fome. Então, era uma situação bem caótica do país mesmo, bem, bem ruim. Nesse tempo, toda a situação mudou bastante, a gente vê pelo próprio atendimento, pela necessidade dos alunos (LÚCIA, REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO, 2017).

Esse contexto político e social vivido no Brasil despertou nos fundadores uma preocupação sobre como atender a essa classe social que não tem acesso à cultura e a recursos financeiros para sobrevivência básica. A ideia da criação da fundação, ainda que inicial, já foi se direcionando para esse enfoque social. A atuação no campo das artes era um desejo de cada fundador. Porém, para eles, o grande desafio era pensar em como proporcionar um encontro do sujeito com a arte de forma que potencializasse o acesso à cultura, a ampliação da sensibilidade e o fortalecimento das relações sociais.

Como visto na parte teórica desta pesquisa, em larga medida, a sustentabilidade social “teve como eixo central a pobreza e o incremento populacional” (FOLADORI, 2002, p. 108). Mesmo que ambos estejam diretamente relacionados com as dimensões econômica e ambiental, eles colocam evidência um problema social significativo em nosso país, pois a mitigação da pobreza e o acesso a recursos básicos são fundamentais

para iniciar uma prática efetiva da sustentabilidade social. Ainda assim, cabe considerar que, embora todo indivíduo necessite de condições mínimas para sobreviver, não se pode pensá-las como absolutas, pois elas estão longe de serem suficientes para construir uma existência multifacetada e sensível.

Mesmo com pouca informação sobre a dimensão social da sustentabilidade, um dos focos da fundação era atender e minimizar índice de desigualdade social e a dificuldade de acesso à cultura. Comenta Lúcia (2017):

Então era esse o contexto, ela sempre teve uma preocupação social. E, na verdade, também a organização social do país, a gente fazia intuitivamente, ah tem que ter alguém ali que é um profissional da área. Isso é mais recente, essa percepção de a gente incluir esse profissional, a gente ia fazendo... Não é do jeito que a gente achava, mas era do jeito que dava para fazer.

A preocupação social como, por exemplo, o grande número de crianças vivendo em situação de vulnerabilidade e desenvolvendo atividades nos semáforos da cidade, demonstra que a construção de práticas cidadãs foi um ponto crucial para os fundadores buscarem alternativas que proporcionassem o seu acesso à educação e às atividades artísticas. O não reconhecimento da cidadania e da solidariedade como fundamentais na questão social, proporciona um grande impacto negativo, pois “[...] ao eclipsar o sentido de solidariedade deixamos de perceber que tudo existe em relação e tudo nos afeta mutuamente: se uma parte vive mal, a outra também será afetada” (LISBOA, 2003, p. 242).

O combate à desigualdade social constituiu outro ponto importante a ser considerado: o exercício da cidadania. Ela é exercida pela fundação à medida que esta considera relevante proporcionar vivências, experiências e oportunidades, pelo campo das artes, para todas as pessoas, principalmente para aquelas que pertencem à classe menos favorecida da sociedade (SAWAIA, 2009). Sobre isso, afirma Pedro (COORDENADOR E PROFESSOR DA FUNDAÇÃO, 2018)

Eu acho que tudo isso de ter a fundação, de ter, do jeito que ela é hoje, propiciando que as crianças façam sua dança, o ballet, muitos deles sem pagar nada, o teatro tal... Acho que esse é um precursor também, pelo menos no meu caso. Ter um lugar, uma escola de artes [...]. E principalmente que não fosse elitista, que não fosse, né? Que fosse dar acesso pra todo mundo.

O desejo de facilitar o acesso à cultura é nítido desde a criação da fundação que, diante dos desafios políticos e sociais encontrados, seguiu em uma direção contra-hegemônica, promovendo o acesso da arte. Assim, a fundação foi recebendo um maior número de pessoas sem distinção de classe, raça, sexo ou religião, dando espaço para expressão de múltiplas dimensões subjetivas, o que culminava na experimentação de

novos encontros e afetos. Figueiredo e Sawaia (2019, p. 666) pontuam os percalços da desigualdade de acesso entre as populações, alertando: “A desigualdade mata, deprime, impõe sofrimento (ético-político), fecha o futuro e impede a abertura de horizontes, o acesso à educação e à saúde”. Tal situação de desigualdade encontra-se naturalizada em nosso país, ao ponto que “[...] fomenta injustiças, reforça o individualismo e a banalização dos males provocados aos homens, a natureza e culpabiliza as pessoas e grupos pelo seu próprio infortúnio”. Na contramão dessa situação, Lúcia (2018) relata que a fundação é cheia de histórias que vão “[...] criando redes de coincidências bacanas, de gente que foi se agregando e também ajudando a construir esse sonho inicial”.

É notável que a representação coletiva da dimensão social não tem uma consistência efetiva e um domínio público forte como as outras dimensões (ambiental e econômica). Estas últimas se valem de indicadores de métrica que geralmente atendem ao mercado. Já a análise da sustentabilidade social, como conceito, “[...] mostra que a seleção dos indicadores muitas vezes não é fundada na teoria, mas sim em um entendimento prático de plausibilidade e agendas políticas atuais” (LIT'TIG; GRIEBLER, 2005, p. 68). Priorizar a definição de indicadores que contemplassem a sustentabilidade social resultou em uma fragilização dessa dimensão, que ficou restrita aos índices de pobreza e desemprego. Esse índice mundial é particularmente presente na realidade brasileira uma vez que “[...] a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego” (CARVALHO, 2008, p. 199). Obviamente, é inquestionável a importância desses índices. Mas, ao mesmo tempo, eles estão dirigidos para um ponto de vista econômico (inclusão social) e ambiental (expansão do consumo e geração de resíduos), preterindo o tratamento e a análise da dimensão social em sua esfera mais ampla e multifacetada.

Cabe considerar que a dimensão social vai além disso, podendo envolver também as noções de cidadania, participação crítica e sensibilidade, dimensões mais difíceis de serem mensuradas e avaliadas. Assim, pensar no fortalecimento da dimensão social remete a uma série de questionamentos, como por exemplo, é possível estimular suas práticas dentro das organizações? De que maneira elas podem ser exercidas? Partindo dessa perspectiva, nota-se que na fundação analisada essa dimensão é contemplada, uma vez que a sustentabilidade social esteve presente desde a sua criação, como relata Lúcia (2018):

Quando a Fundação começou, a gente tinha problemas muito sérios. Então, a gente tinha um problema da cidade há 25 anos que era o que? Que volta a acontecer, uma quantidade infinita de crianças na rua, crianças sem qualquer atividade. Então tinha também uma preocupação de não só fazer a fruição dos bens artísticos e culturais, mas de atender essas crianças mesmo, dentro da escola; porque enquanto estão na escola não estão na rua.

Pensar em uma fundação que tem como foco desenvolver atividades culturais, também incluiu como finalidade o atendimento de uma demanda social de inclusão. Lúcia (2018) complementa:

[...] tinha essa finalidade sim! De unir a coisa pra solucionar outros problemas e oferecer a essas crianças. Como em muitos casos, a gente foi muito bem sucedida, de oferecer a elas também uma possibilidade profissional e construir a coisa de forma que todo mundo acreditasse que era realmente possível.

Para possibilitar o acesso das classes menos favorecida à arte, a fundação desenvolveu “vários projetos importantíssimos que trabalham com gente simples, o Música nas escolas, Faces de Londrina, Um canto em cada canto, escola de dança, escola de teatro. São projetos que trabalham com um pessoal que não teriam acesso” (JOÃO, 2018). Pensar em alternativas que facilitem o acesso à arte no contexto político atual é fundamental

[...] porque educação, a gente tá passando por um processo de novo né, de desmonte disso. Mas a formação artística, ela é fundamental para humanização do ser humano, do próprio ser humano, entendeu? Para as relações de sociabilidade, de cordialidade, de respeito, de diferença, de tudo o que acontece numa escola. Você imagina o que é uma escola que tem mil alunos, rico convivendo com pobre, o branco com o negro, o homossexual com aquele que não é homossexual e a coisa tendo que rodar, né? (Risos) Então é essa vivência, sabe? Trazer um avanço nas relações humanas. E que em última instância é o que gente quer que, através da arte, a gente consiga resgatar pessoas que estão fora desse mundo artístico, do que se produz. E que mais do que assistir, elas possam fazer se tiverem vontade, elas possam também fazer parte disso, ter o contato (LÚCIA,2017).

O exercício da cidadania não resulta em uma igualdade completa, mas contribui para o aumento dos direitos da classe menos favorecida em relação à classe dominante. Trata-se, nessa perspectiva, de pensar não apenas a inclusão no trabalho ou, mas também a preparação para o mesmo sob outra perspectiva. Para Carvalho (2017, p. 135) é relevante colocar em prática uma política de qualificação profissional que adote:

[...] uma abordagem do problema da colocação no mercado de trabalho que se faça de modo a potencializar ou fortalecer o trabalhador. Em outras palavras, intervindo numa direção contrária àquela que se afirma nas sociedades capitalistas, trata-se de buscar um trabalhador que não possa ser considerado descartável.

Para a fundação aqui analisada, colocar sujeitos de classes sociais distintas em contato direto, além de promover a solidariedade e a inclusão, leva à prática da cidadania, sendo este um fator determinante para transformação social. Pedro (2018) argumenta:

[...] a gente tem que pensar que a arte, cultura e tudo isso é um direito, tá?! Então, por isso que a gente não tem um foco só naquele que quer ser ator, porque é um direito de todo mundo querer experimentar, fazer o teatro, ir se apoderar dessa linguagem de uma forma que vá ajudar na vida dela. Isso é fato dentro da escola. A gente teve com sucesso muitos atores que seguiram uma carreira de atores e tão acontecendo. E a gente tem muitas pessoas que seguiram outras carreiras, mas que teve uma ajuda imensa aqui naquele período que passou aqui na escola, pra reformular a vida. Então, eu acho que primeiro é um direito. Então, o objetivo é ampliar mesmo esse acesso. E que as pessoas tenham o direito a experimentar essa linguagem, ao benefício que isso faz, inicializar aquele que realmente quer ser ator.

Comentando sobre esse tema, Lucia (2018) acrescenta que a sociedade possui

[...] o direito e o dever da fruição desse acesso, fazendo com que o artístico chegue nas diversas camadas sociais, chegue a quem tiver interesse ou a quem a gente ache que precisa, tem mais necessidade de ver, no sentido de, tem pouca oportunidade, entendeu? Se a gente não chegar lá, ninguém vai chegar lá. Não é a mesma coisa de quem tem o recurso e não vai por... uma opção.

Conceber ações efetivas que atendam a sustentabilidade social requer o reconhecimento desse sujeito, com suas múltiplas dimensões, concebido como agente da transformação social (STENGER, 2015). Acolhendo essa demanda, a fundação criou espaços de atividades que possibilitaram novas experimentações, independente de um resultado profissional. Ao desenvolver atividades que proporcionassem novas experiências, a Fundação promoveu novas articulações e relações sociais no contexto em que esse sujeito estava inserido, fazendo com que a arte não fosse apenas um objeto de gramourização, como mencionado por Rolnik (2010). Para Pedro (2018), a fundação acredita

[...] que é necessário que as coisas comecem a criar núcleos de base para se fortalecer. Não adianta você fazer uma instituição que atenda 100 crianças. É uma mentira! Porque cada vez o que mais precisa é o atendimento individualizado, cada vez mais [...]. A gente precisa cada vez mais atender em todas as situações sociais. Precisam ser atacadas, precisam ser revistas, reconstruídas para um bem geral. Cada vez mais eu acho que tem ser no individual sabe? Você ter o mecanismo de atender pouco, de criar núcleos que se fortaleçam, que se dividam e que, por exemplo, era a intenção ou é a intenção junto o núcleo da Zona Leste: você trabalhar com um número x, que já se fortaleceram, que já começam a ver a necessidade de mudança

daquele entorno, o entorno já percebe que eles estão mudados, né? Então isso vai construindo.

A importância das empresas públicas e privadas desenvolverem práticas que contemplem a dimensão social, considerando o sujeito como agente principal da transformação, tem se mostrado cada vez mais estratégico. Ainda mais sabendo que o mercado não tem interesse nesse tipo de iniciativa e que o Estado não tem conseguido suprir essa carência. Para Lúcia (2018):

[...] o poder público está cada vez mais distante do social. O social é uma coisa que gasta muito pouco, na verdade, mas não dá dinheiro pra ninguém, entendeu? Não tem grande empreiteira envolvida no negócio, não tem. É um povo que vai se tornando crítico, que dá problema depois, porque fica mais questionador. Então, você vê que nesse momento que o país vive, quem é que tá sendo atingido? Né? Com quem eles estão preocupados? [...] Então tem, isso tem uma razão de ser: o ataque à arte e à cultura. Não é de graça! É porque é quem tá dando trabalho pra eles né? Então, é um cala boca geral. Nessa forma de estimular o pensamento conservador, a arte é uma coisa subversiva. No pensamento popular pegar por esse lado, aí é contra a família, ah e não sei o que, ah! O seu filho vai ser gay [...] Seu filho não vai poder escolher se é menino ou menina, enfim.

A dificuldade em possibilitar o acesso à cultura para diferentes regiões da cidade também foi assinalada por Pedro (2018) que relata a quantidade de pessoas das periferias que tem acesso à arte:

É muito pouco! A gente, de repente, se a gente for pensar em termos de todos os trabalhos, não só os da Fundação, mas todos os trabalhos com esse envolvimento, talvez não atinjam 5% da população, diretamente, de ir a um espetáculo. E mesmo contando, por exemplo, eventos de cunho mais comercial, como shows que vem de cantores grandes, ainda assim, a gente não atinge isso. Isso é muito triste, numa cidade que é muito rica de artistas, de músicos, de bailarinos e de atores. O que acontece? Então, a única coisa que vem à cabeça sempre é como conseguir atingir mais pessoas pra gente realmente ter a certeza que as pessoas pelo menos experimentaram?

Os dois depoimentos anteriores mostram que pensar politicamente em uma sustentabilidade cultural implica, primeiramente, possibilitar o acesso à arte a todas as pessoas de uma cidade, sem barreiras econômicas. Reconhecer a importância da arte como experimentação, afetação e transformação dos indivíduos, foi muito além de ser o objetivo da fundação. Fez-se necessário discutir, abordar e garantir esse acesso por meio de políticas públicas, pois “[...] não podemos mais falar em obra de arte sem ver

nela um problema estético [...]. Do mesmo modo, ética e política não ficam de lado na experiência com as obras” (TIBURI, 2017, p. 12).

Nota-se que a fundação analisada vai se configurando, no decorrer de sua história, como um agente facilitador do acesso à arte. Porém, quantos municípios contam com esse tipo de iniciativa? O fato é que a atuação da fundação na comunidade tem apresentado resultados que, de acordo com Lúcia (2018) são positivos e atendem essa demanda.

É surpreendente! Que hoje assim numa estimativa são pouquíssimas as pessoas que vão te dizer que não conhece a Fundação, não têm um amigo, um irmão, um vizinho, um amigo da escola, que estuda na Fundação, o povo já aprendeu. A gente está muito enraizada mesmo na comunidade. Isso já ficou evidente em vários momentos, a gente já falou disso também, mas de necessidade política como eu já te falei várias vezes, quando se quis ter uma ingerência dentro da instituição da reação da comunidade, do apoio da comunidade, como financeiramente, nas questões onde a gente faz campanha pra arrecadar dinheiro pra fazer o teatro e tal, então você vê que tem uma resposta sim da comunidade, tem uma confiabilidade da comunidade.

Desenvolver atividades que possibilitem a experimentação no campo da arte potencializa e fortalece as relações sociais, pois ela tem um caráter político, inclusivo e integrador que não faz distinção entre os indivíduos que com ela entram em contato. Assim, por ser de interesse coletivo,

[...] o acesso à arte (produção e consumo) deve ser democratizado sem privilegiar modelos predeterminados, sendo a participação popular e a autogestão dos processos artísticos elementos centrais para a democratização da arte. Cabe ao estado criar condições, estimular, enfim, garantir a participação popular e autogestão dos processos artísticos (PIAU; FUSCALDO, 2012, p. 47-48).

Quando um país concebe a arte apenas por uma lógica do mercado está caminhando em uma direção que buscará extrair da mesma uma maior rentabilidade, à medida que o mercado a glamouriza, viabilizando apenas seu consumo e, conseqüentemente, sua dimensão econômica. Abordar a arte a partir das regras de mercado coloca o objeto ou ação artísticos como meras mercadorias. Essa lógica caminha na contramão do objetivo da arte que defendemos neste trabalho, pois, de acordo com os autores aqui estudados, as práticas artísticas consistem em:

[...] atualizar sensações, trazê-las para o visível e o dizível, produzir cartografias de sentido, e que a sensação é a presença viva no corpo das forças da alteridade do mundo que pedem passagem e levam à falência as formas de existência em vigência, podemos afirmar que atualizar essas forças é “socializar sensações”, comunicando a um coletivo as novas composições de forças que o afetam e o fazem derivar para novas configurações (ROLNIK, 2003, p. 85).



Outro ponto a ser considerado nesta análise é que as políticas públicas de incentivo à arte, em alguma medida, também aderiram aos valores de mercado, como a competitividade. Esta última está presente na busca por recursos e incentivos que, na maioria das vezes, é desigual. Lúcia (2018) relata:

Diferente do PROMIC onde você tem a aprovação e a prefeitura aporta o recurso no seu projeto, na Lei Rouanet você tem que captar. Eu vou pedir pra um empresário pelo ballet de Londrina e a Claudia Leite pra ela. Qual é o que o empresário vai financiar? Não tenho condição de competição, você entende? Então, isso não é interessante pra nós! Essa... Não acho uma palavra, mas é uma degeneração da lei que aconteceu, ela não é interessante pra ninguém. Agora, também não é interessante que acabe. Tem que corrigir, não precisa matar a vaca para acabar com os carrapatos, sabe? Mata os carrapatos! Porque é importante! É importante sim como financiadora ou ela é mais importante ainda, que como a gente conseguiu fazer aqui em Londrina, que a lei Rouanet se transformasse num financiamento direto federal, então você aprova o projeto e dá o dinheiro, estabelece lá um montante.

O acesso a esses programas é cada vez mais marcado pela competitividade. Os entrevistados reconhecem esse problema e evidenciam a necessidade de elaborar novas políticas públicas que garantam o acesso de todos a esse tipo de financiamento. É aí que a dimensão política da sustentabilidade cultural ganha consistência: pensar em novas estratégias de gestão para tirar o poder de decisão do mercado, uma vez que o valor investido advém de impostos, ou seja, trata-se de dinheiro público.

Para desenvolver ações que busquem diminuir essa desigualdade na produção e no acesso à arte, é relevante entender o contexto contemporâneo das novas formas de organização social e das dimensões dos sujeitos que compõe o corpo social, pois nas novas formas

[...] dominantes de produção que agora envolvem informação, códigos, conhecimento, imagens e afetos, por exemplo, os produtores requerem cada vez mais um alto grau de liberdade, assim como o livre acesso comum, especialmente em suas formas sociais, a exemplo das redes de comunicação, dos bancos de informação e dos circuitos culturais (HARDT; NEGRI, 2016 p. 10).

Uma existência potente implica em conceber a produção humana como um bem comum de livre acesso (MASCARENHAS, 2018). Desta forma, se a arte tem o poder de provocar diferentes afetações no sujeito, levando a uma potencialização do seu corpo, da sua existência social e contribuindo para um desenvolvimento do senso crítico, porque não colocá-la à disposição de todos? Certa de que o indivíduo é o principal agente da transformação social, a fundação estudada mostrou que é possível criar caminhos para

facilitar o encontro do sujeito com o campo das artes e da cultura, independente da sua posição socioeconômica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos governos na criação de políticas públicas para fomentar projetos artísticos e tornar a arte acessível a toda população, ainda se encontra em um momento de fragilidade. Não há dúvidas de que a criação das leis e das políticas públicas trouxe grandes contribuições para que a arte fosse democratizada. Entretanto, tais políticas ainda não conseguem atender satisfatoriamente a essa necessidade humana, primordial para disseminar uma sustentabilidade cultural em nosso país.

O que temos a ganhar com o fortalecimento da sustentabilidade cultural? Talvez uma de suas maiores contribuições seja possibilitar uma desnaturalização da pobreza como portadora exclusiva de carências físicas. Se o capitalismo ajudou a construir paulatinamente um contingente populacional excluído do acesso a seus benefícios, acreditamos que um dos seus maiores danos foi o de desqualificar essa esfera populacional e condená-la à busca da mera sobrevivência biológica.

O incentivo à produção de emprego e renda precisa ser mantido de maneira prioritária na agenda dos governantes, sendo inadmissível que, em pleno século XXI, pessoas ainda passem fome. Isso, entretanto, não exclui a possibilidade de qualificar a vida cotidiana da população, tendo como efeito ampliar sua sensibilidade para conectar-se àquilo que a afeta, faz pensar e a estimula em processos de criação, crítica e emancipação. O presente estudo buscou circunscrever aspectos teóricos, governamentais e empíricos das sustentabilidades social e cultural em uma fundação artística, alertando para sua relevância social. A partir dele, novos estudos podem ser elaborados no sentido de analisar iniciativas culturais que colocam em prática a sustentabilidade cultural no contexto das organizações do primeiro e do segundo setores.

Como conclusão, pode-se dizer que para alcançar o desenvolvimento concreto das sustentabilidades social e cultural, que fomentem a riqueza subjetiva de uma nação, cabe um esforço político e coletivo em prol do fortalecimento populacional, sendo este um grande desafio colocado para o século XXI. Uma das vias para esse desenvolvimento, defendidas no decorrer desta pesquisa, está em garantir que o cidadão, localizado em qualquer classe socioeconômica, possa manter contato com as produções culturais de seu país, seja na condição de apreciador, seja na de criador.

CAMARGO, L. F.; MANSANO, S. R. V. Social and cultural sustainability: challenges for the 21st century. *ORG & DEMO* (Marília), v. 22, n. 1, p. 41-62, Jan./Jun., 2021.

**Abstract:** Designing a society in which the population has full access to health, education, security and culture, involves developing effective policies of job creation and income that are sometimes deprecated by rulers and managers. The aim of this study is to analyze the notions of social sustainability and cultural sustainability, paying attention to its historical relevance. The theoretical part deals with the historical process of elaboration of the concept of sustainability until it reaches its social and cultural dimensions. Next, the case study carried out in an artistic culture foundation located in the interior of the state of Paraná/BR. As a result, the statements demonstrate the difficulty of promoting sustainable actions related to the expansion and strengthening of the population through culture. At the end of the study, it is evidenced that the studies and effective practices linked to the social and cultural dimensions of sustainability are still marginal, lacking visibility and government support.

**Keywords:** Cultural sustainability; Social sustainability; Public policies; Social development.

**Resumen:** Diseñar una sociedad en la cual la población tenga pleno acceso a la salud, la educación, la seguridad y la cultura, implica el desarrollo de políticas eficaces de creación de empleo e ingresos que a veces son depreciadas por gobernantes y gerentes. El objetivo de este estudio es problematizar las nociones de sostenibilidad social y sostenibilidad cultural, prestando atención a su relevancia histórica. La parte teórica trata del proceso histórico de elaboración del concepto de sostenibilidad hasta que alcanza sus dimensiones sociales y culturales. A continuación, se presenta el estudio de caso realizado en una fundación de cultura artística ubicada en el interior del estado de Paraná/BR. Como resultado, las entrevistas demuestran la dificultad de promover acciones sostenibles relacionadas con la expansión y fortalecimiento de la población a través de la cultura. Al final del estudio, se evidencia que los estudios y prácticas efectivas vinculadas a las dimensiones sociales y culturales de la sostenibilidad siguen siendo marginales, carentes de visibilidad y apoyo gubernamental.

**Palabras clave:** Sostenibilidad cultural; Sostenibilidad social; Políticas públicas; Desarrollo social.

## REFERÊNCIAS

BAINES, J.; MORGAN, B. Sustainability appraisal: a social perspective. In: DALAL-CLAYTON, B.; SADLER, B. (org). **Sustainability appraisal: a review of international experience and practice.** First Draft of Work in Progress. London: International Institute for Environment and Development, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Nova lei da cultura: material informativo sobre o projeto de lei de fomento e incentivo.** Brasília, DF. 2017a. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/site/wp-content/uploads/2009/12/PublicidadeRouanet.pdf>

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Mais Cultura.** Brasília, DF. 2017b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **O que é o Incentivo Fiscal a Projetos Culturais.** Brasília, DF. 2017c. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/incentivofiscal>

BUENO, M. L. A modernidade, a pesquisa em artes e a sociologia da arte. In: MOREIRA, M. C. G. A. (Org). **Arte em pesquisa.** Londrina: Eduel, 2005.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, P. R. Trabalho criativo e qualificação profissional: um desafio. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, ano 17, n. 196, p. 133-144, 2017.

CHANLAT, J. F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 29, p. 399-408, 1997.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FARIA, J. H. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**. Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, jan./jun., 2014.

FIGUEIREDO, E. B. G.; SAWAIA, B. B. Psicologia Social e o estudo da desigualdade: Reflexões para o debate. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 659-67, 2019.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun., 2002.

GODOI, C. K.; COELHO, A. L. A. L.; SERRANO, A. Elementos epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. **Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 21, n.70, p. 509-536, 2014.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115-146

HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 181-205

LISBOA, A. M. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 242-249

LITTIG, B.; GRIELBLER, E. Social sustainability: a catchword between political pragmatism and social theory. **International Journal of Sustainable Development**. Genebra, v. 8, n.1/2, p. 65-79, 2005.

MASCARENHAS, L. B. Biopolítica, educação e resistência na contemporaneidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 43, n. 4, out./dez., 2018.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIAU, K. F.; FUSCALDO, B. M. H. **No caminho dos encantantes: contaminações estéticas com a arte popular**. Londrina: Eduel, 2012.

ROLNIK, S. O caso da vítima: para além da cafetinagem da criação e de sua separação da resistência. **ARS**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 79-87, 2003.

ROLNIK, S. Entrevista: Suely Rolnik. Entrevista concedida a Pedro Britto em 2010. **Território de Filosofia**. Salvador, 24 out. 2014. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/10/24/entrevista-suely-rolnik-suely-rolnik/>

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade**. São Paulo, v, 21, n. 3, p. 364-372, dez., 2009.

STENGERS, I. (2015). **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naif.

TIBURI, M. Dossiê: arte e autoritarismo. **Cult**. São Paulo, 06 dez. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-arte-e-autoritarismo/>

Submetido em: 04/06/2021

Aceito em: 28/06/2021

